

# FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 16 a 20 de setembro, em Brasília.

## PGR, LAVA TOGA E REFORMA MINISTERIAL.

O nome de Marcelo Aras segue ganhando força para se confirmar como novo Procurador-Geral da República. O indicado de Bolsonaro vem quebrando resistências com a oposição e senadores envolvidos em investigações ao tratar de maneira mais “ponderada” sobre temas como operação Lava Jato e meio ambiente. Nos últimos dias, teria conseguido, inclusive, apoio do procurador Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa da Lava Jato no Ministério Público Federal do Paraná, antes antagonistas em função de seus posicionamentos sobre a operação.

Já a base do Governo segue com problemas após racha em torno da CPI da Lava Toga. O posicionamento contrário a instalação da comissão por parte do senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), investigado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro e filho do presidente Jair Bolsonaro, gerou críticas de alguns membros do partido. Como efeito, a senadora Juíza Selma (MT) anunciou que migrará para o Podemos nesta quarta e a relação do senador Major Olímpio (SP), líder do partido no Senado, ficou ainda mais estremeçada.

Enquanto isso, nos bastidores do Palácio do Planalto, circulam rumores de que uma reforma ministerial pode estar próxima. O foco seria garantir uma base parlamentar mais sólida, substituindo ministros mais desgastados.

## Destaques da Semana

Terça

- [Previsão de votação](#) dos destaques da nova Lei de Licitações (PL 1292/95).

Semana

- Previsão de retorno ao exercício do Presidente Jair Bolsonaro.

## Poder Executivo

### Presidência da República

**Agenda do Presidente em Exercício – Hamilton Mourão** se reuniu nesta segunda com a governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra e depois participou da abertura do Encontro Econômico Brasil-Alemanha aonde se encontrou com o presidente da Federação das Indústrias Alemãs (BDI), Dieter Kempf e com o presidente da Comissão da Indústria Alemã para a América Latina (LADW), Andreas Renschler. Além disso, Mourão visitou o Monumento e a Capela dos Mártires de Cunhaú e Uruaçu, no Rio Grande do Norte e visitou as instalações do Instituto Internacional de Neurociências Edmond e Lily Safra (IIN-ELS)

### Casa Civil

**Agenda do ministro – Onyx Lorenzoni** se reuniu com os ministros da república e com seus secretários durante esta segunda.

## MCTIC

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

**Agenda do Ministro – Marcos Pontes** participou do 2º Congresso Aeroespacial Brasileiro, se encontrou com o reitor da UFSM, Paulo Afonso Burmann e visitou o museu e observatório bioastronômico COSMOS.

## ME

Ministério da Economia

**Agenda do ministro – Paulo Guedes** se reuniu nesta segunda com os secretários do Ministério da Economia e se reuniu com os ministros da República.

**Balança Comercial** – A desaceleração do crescimento do comércio mundial e o baixo nível de atividade da economia brasileira contribuíram para uma queda em 15% na corrente de comércio - exportações mais importações - em agosto de 2019 ante agosto de 2018. Os dados são do Indicador do Comércio Exterior (Icomex), divulgado nesta segunda-feira, 16, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Houve queda tanto do valor exportado (13%) como do valor importado (17%). Como as importações recuaram mais, a balança comercial registrou superávit de US\$ 3,2 bilhões em agosto. Em termos de volume, as exportações e as importações recuaram na mesma magnitude em relação a agosto do ano passado: -13%. Os preços dos bens importados registraram maior recuo do que os preços dos exportados, o que explica a maior retração do valor importado do que do exportado.

BACEN  
Banco Central do Brasil

**Agenda Internacional do presidente – Roberto Campos Neto** almoçou com o embaixador da União Europeia no Brasil. Inácio Ybáñez e se reuniu com Ricardo Lião, presidente da Unidade de Inteligência Financeira.

**Boletim Focus** – O mercado financeiro espera que a taxa básica de juros, a Selic, seja reduzida em 0,5 ponto percentual, dos atuais 6% ao ano para 5,5% ao ano. De acordo com as previsões do mercado financeiro, a inflação, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve ficar em 3,45%, em 2019. Essa foi a sexta redução consecutiva na estimativa, que na semana passada estava em 3,54%. A previsão para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) foi mantida em 0,87% em 2019. A previsão para a cotação do dólar ao fim deste ano subiu de R\$ 3,87 para R\$ 3,90 e, para 2020, de R\$ 3,85 para R\$ 3,90.

BNDES  
Banco Nacional do Desenvolvimento

**Agenda Internacional do Presidente – Gustavo Montezano** se encontra em Nova York, onde participa da 10ª CEO Conference NY do BTG Pactual.

## Poder Legislativo

### Câmara dos Deputados

Comissão Geral

Na segunda-feira (16), se reúne a Comissão Geral **destinada a debater a utilização de agroquímicos**.

Plenário

Nesta semana estão previstas a deliberação acerca de quatro Medidas Provisórias que estão trancando a pauta do Plenário, sendo elas a **MP 884/19** (Retira prazo para inscrição de propriedades no CAR), a **MP 885/19** (Venda de bens apreendidos de traficantes), a **MP 887/19** (Prorrogação de contratos do Comando da Aeronáutica) e a **MP 888/19** (Requisições de pessoal para a Defensoria Pública da União).

<p>Frentes Parlamentares</p>	<p>Já na terça (17), outro destaque é a continuação da discussão e previsão de votação dos destaques da nova <b>Lei de Licitações (PL 1292/95)</b>, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.</p> <p>Outro destaque, na quarta-feira (17), é o lançamento da <b>Frente Parlamentar Mista de Apoio aos Parques Tecnológicos (FPATE)</b>. Destaque também para o Seminário a respeito de <b>Acordos de Leniência</b>, a ser realizado, na quinta-feira (18), na <b>Frente Parlamentar Mista Ética Contra a Corrupção</b>.</p>
<p>Senado Federal</p> <p>Plenário</p>	<p>Na segunda (16) os senadores participam da última sessão de discussão, em primeiro turno da <b>PEC 6/19</b> (Reforma da Previdência) e na quarta (18) está prevista a última sessão de discussão da <b>PEC 133/19</b> (PEC paralela da Previdência).</p>

## Temáticas em Pauta nas Comissões

<p><b>REFORMA TRIBUTÁRIA</b></p> <p>Reforma Tributária</p>	<p style="text-align: right;">Câmara   CESP   Terça (17)</p> <p><b>Audiência Pública</b> – discutir as <b>repercussões setoriais da Reforma Tributária</b>. Foram convidados, entre outros, o gerente executivo de Políticas Econômicas da Confederação Nacional da Indústria (CNI), <b>Flávio Pinheiro de Castelo Branco</b>; o assessor jurídico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), <b>Dalton César Cordeiro de Miranda</b>; o presidente da Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), <b>José Roberto Tadros</b>; o presidente executivo da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (BRASSCOM), <b>Sérgio Paulo Gallindo</b>; e a diretora executiva de Mercado Externo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ), <b>Patrícia da Silva Gomes</b>.</p> <p style="text-align: right;">Câmara   CESP   Quarta (18)</p> <p><b>Audiência Pública</b> – debater sobre as <b>repercussões setoriais da Reforma Tributária</b>. Foram convidados, entre outros, o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), <b>Pedro Moreira Salles</b>; o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), <b>José Carlos Rodrigues Martins</b>; o presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CDL), <b>José César da Costa</b>; o presidente da Associação Brasileira dos Supermercados (Abras), <b>José Sanzovo Neto</b>; e o presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), <b>Márcio Lopes de Freitas</b>.</p> <p style="text-align: right;">Câmara   CESP   Quinta (19)</p> <p><b>Seminário</b> – sobre os <b>Impactos da Reforma Tributária</b> para os Estados e os Municípios e as consequências para a Indústria e o Comércio, a ser realizado na Câmara Americana de Comércio, em São Paulo (SP).</p>
<p><b>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b></p> <p>PR e Ministérios</p>	<p style="text-align: right;">Senado   CMMPV   Terça (17)</p> <p><b>Audiência Pública</b> – discussão e votação do relatório da <b>Medida Provisória nº 886/19</b>,</p>

	do senador Marcos Rogério (DEM-RO)
<b>CONSUMIDOR</b>	Câmara   CDC   Terça (17)
Defesa do Consumidor	<b>Audiência Pública</b> – discutir a <b>proteção de dados do consumidor no Brasil</b> . Foram convidados, entre outros, o vice-presidente da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor (MPCON), <b>Paulo Roberto Binicheski</b> ; o diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste), <b>Henrique Lian</b> ; e o presidente do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (Inadec), <b>Arthur Rollo</b> .
	Câmara   CESP   Terça (17)
Superendividamento do Consumidor	<b>Audiência Pública</b> – debater sobre o <b>Projeto de Lei nº 3515/2015</b> . Foram convidados, entre outros, o diretor-executivo da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS), <b>Ricardo de Barros Vieira</b> ; como representante do Fórum Nacional de Juizados Especiais (FONAJE), <b>Fabiana Andréa de Almeida Oliveira Pellegrino</b> ; o coordenador-geral de Estudos e Monitoramento de Mercado da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON), <b>Andrey Vilas Boas de Freitas</b> ; a presidente do Instituto de Defesa Coletiva (IDC), <b>Lílian Salgado</b> ; e o diretor-executivo do Procon de São Paulo, <b>Fernando Capez</b> .
<b>ECONOMIA</b>	Congresso Nacional   CMMPV   Terça (17)
PIS/Pasep	<b>Audiência Pública</b> – debater a <b>Medida Provisória nº 889/2019</b> . Foram convidados, entre outros, representantes dos Ministérios da Economia e do Desenvolvimento Regional; o diretor executivo de Fundos de Governo da Caixa Econômica Federal, <b>Edilson Carrogi Ribeiro Vianna</b> ; e o diretor do Banco de Desenvolvimento Econômico Federal, <b>André Tosello Laloni</b> .
	Congresso Nacional   CMMPV   Quinta (17)
	<b>Audiência Pública</b> – debater a <b>Medida Provisória nº 889/2019</b> . Foram convidados, entre outros, representantes do Banco Central do Brasil; da Federação Brasileira de Bancos (Febraban); e da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).
	Congresso Nacional   CMMPV   Terça (17)
Abono Anual	<b>Audiência Pública</b> – apresentação do plano de trabalho da <b>Medida Provisória 881/19</b> .
	Congresso Nacional   CMMPV   Terça (17)
Coaf	<b>Audiência Pública</b> – apresentação do plano de trabalho da <b>Medida Provisória nº 893/19</b> .
	Câmara   CESP   Terça (17)
Devedor Contumaz	<b>Audiência Pública</b> – debater o <b>PL 1646/19</b> . Foram convidados, entre outros, o secretário de Advocacia da Concorrência e Competitividade do Ministério da Economia, <b>César Mattos</b> ; o presidente-executivo do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial, <b>Edson Vismora</b> ; o professor titular do Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), <b>Helena Taveira Torres</b> .
	Câmara   CESP   Terça (17)
Zona Franca de Manaus	<b>Reunião Deliberativa</b> – debater sobre a Zona Franca de Manaus e subsídios ao Desenvolvimento Regional. Foram convidados, entre outros, o especialista e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), <b>Márcio Holland de Brito</b> ; um representante do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ); um representante da Confederação Nacional dos Municípios (CNM); o superintendente da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e representante do Ministério da Economia, <b>Paulo Roberto Corrêa da Silva</b> ; como representante da Superintendência da Zona Franca de Manaus, <b>Ana</b>

<p>Moedas Virtuais</p>	<p><b>Maria Souza</b>; e a diretora da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM), <b>Janete Portela</b>.</p> <p>Câmara   CESP   Quarta (18)</p> <p><b>Audiência Pública</b> – para discussão e votação de propostas, bem como a eleição do 2º e 3º vice-presidentes. Foram convidados, entre outros, o advogado e professor, <b>Alexei Bonamin</b>; a especialista em M&amp;A e Investimentos, <b>Anne Chang</b>; o presidente da Comissão de Criptomoedas e <i>Blockchains</i> da OAB, <b>Antônio Eduardo Gonçalves de Rueda</b>; o secretário da Comissão Especial de Direito dos Jogos Esportivos, Lotéricos e Entretenimento da OAB, <b>Daniel Homem de Carvalho</b>; representando o <i>Atlas Project</i>, <b>Emília Malgueiro</b>; o especialista em Governo, Governança e Tecnologia, <b>Marcos Nóbrega</b>; o especialista em Direito Tributário, <b>Rafael Pontes de Miranda</b>; e o especialista em Direito Digital, Direito das <i>Startups</i> e em <i>Blockchain</i>, <b>Rodrigo Caldas de Carvalho Borges</b>.</p>
<p>TECNOLOGIA E INOVAÇÃO</p> <p>Nordeste Conectado</p> <p>Pesquisa e Desenvolvimento</p>	<p>Câmara   CCTCI e CINDRA   Terça (17)</p> <p><b>Audiência Pública</b>– debater os projetos <b>Nordeste Conectado e Amazônia Integrada Sustentável</b>. Foram convidados, entre outros, o diretor da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), <b>Nelson Simões</b>; o secretário de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, <b>Vítor Menezes</b>; o secretário de Planejamento do Estado da Bahia, <b>Walter de Freitas Pinheiro</b>; o juiz auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, <b>Bráulio Gabriel Gusmão</b>; e o Ministro da Educação, <b>Abraham Weintraub</b> ou um representante.</p> <p>Câmara   CCTCI   Quarta (18)</p> <p><b>Reunião Ordinária</b> – obtenção de esclarecimentos sobre a questão orçamentária do CNPq e os investimentos em Ciência e Tecnologia para os próximos anos. Foi convidado o secretário-executivo do Ministério da Economia, <b>Marcelo Pacheco dos Guarany</b>s.</p>
<p>TRABALHISTA</p> <p>Trabalho Escravo</p>	<p>Câmara   CTASP – Subcomissão Permanente   Quinta (18)</p> <p><b>Reunião Ordinária</b>– debater o combate ao trabalho análogo à escravidão.</p>

## Política

**Bolsonaro tem alta, deixa hospital em São Paulo e segue para Brasília.** O presidente Jair Bolsonaro (PSL) teve alta na tarde de segunda-feira (16), e deixou o Hospital Vila Nova Star, na Zona Sul de São Paulo, pouco antes das 15h. Ele seguiu para o Aeroporto de Congonhas para viajar para a Brasília, onde seguirá se recuperando. Bolsonaro estava internado no hospital desde sábado (7) para uma cirurgia de correção de uma hérnia (saliência de tecido) surgida no local das intervenções anteriores. O vice-presidente Hamilton Mourão permanecerá como presidente em exercício até quarta-feira (18), segundo o Palácio do Planalto. Fonte: G1 Notícias.

**Risco de 'apagão' do governo provoca debate: teto de gastos deve ser revisto?** Menos de três anos após a criação de um teto para limitar o aumento dos gastos no Brasil, o mecanismo virou alvo de disputa dentro do governo de Jair Bolsonaro e de um intenso debate entre economistas. Os defensores da revisão do teto — previsto para durar 20 anos — temem que em breve ele possa provocar um apagão de serviços públicos no Brasil. Além disso, sustentam que é preciso abrir espaço para aumento de investimentos com objetivo de estimular a recuperação da economia. Já os opositores da ideia, entre eles o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, dizem que flexibilizar o teto levará ao descontrole da dívida pública e ao aumento dos juros no país, provocando, na verdade, o efeito contrário e agravando a crise. Fonte: G1 Notícias

**Estados querem fatia maior da arrecadação do governo federal na reforma tributária.** A proposta de reforma tributária dos secretários estaduais de Fazenda, encaminhada formalmente na quarta-feira (11) aos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), prevê a manutenção do nível da carga tributária, que somou cerca de 33% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2017, mas com redução da parcela do governo na arrecadação sob o consumo e aumento da parcela dos estados. Segundo o documento, a parcela da arrecadação que caberia ao governo federal (União) no bolo total de arrecadação passaria de 55% para 49% progressivamente ao longo de oito anos. Ao mesmo tempo, fatia dos estados subiria de 27% para 30%, e, dos municípios, de 19% para 21%.

Fonte: G1 Notícias

**Bolsonaro pediu para CPMF não entrar na reforma tributária, diz Guedes.** O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta sexta-feira (13) que o presidente Jair Bolsonaro telefonou para ele do hospital, "entubado", para dizer que não quer a criação de uma nova Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira (CPMF). O ministro confirmou que a equipe econômica trabalhava com uma alíquota de 0,4% para o tributo sobre pagamentos, mas, mostrando irritação, afirmou que os números não deveriam ter sido levados a público ainda. Apesar de reforçar a posição do presidente contrária ao imposto sobre pagamentos, Guedes afirmou que o tributo viabilizaria uma redução do Imposto de Renda, do IVA "e outros". Fonte: G1 Notícias

**Governo anunciará em outubro medidas para geração de empregos, diz secretário.** O secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, disse em entrevista à GloboNews que o governo vai anunciar, em outubro, medidas para geração de empregos. Segundo ele, a desoneração da folha de pagamento faz parte desse conjunto de medidas. Fonte: G1 Notícias

**Senado pode votar nesta semana projeto que reduz transparência em campanhas eleitorais.** O Senado deve votar nesta semana um projeto de lei, já aprovado pela Câmara, que pode reduzir a transparência e dificultar a fiscalização de eventuais irregularidades em campanhas eleitorais. A proposta, que muda a legislação eleitoral, a lei dos partidos e outras regras, é o primeiro item da pauta de votações da Casa da terça-feira (17). Parlamentares favoráveis ao texto têm pressa na análise do projeto, para possibilitar que as novas regras valham já para as eleições de 2020. Fonte: G1 Notícias

**Governo estuda reforma sindical e trabalhista, escreve Clemente Ganz Lúcio.** O governo federal anunciou recentemente a reinstituição do Conselho Nacional do Trabalho, órgão tripartite (governo, empregadores e trabalhadores), com a atribuição de propor medidas para compatibilizar proteção do trabalhador e desenvolvimento econômico do país; estimular o diálogo social; melhorar as condições de trabalho; tratar de segurança e saúde do trabalho; produzir estudos e participar de processos de revisão de normas. Fonte: Poder 360

**Ameaçada de cassação, Juíza Selma deve deixar PSL e entrar no Podemos.** A senadora Juíza Selma deixará o PSL, partido do presidente Jair Bolsonaro, e deve se filiar ao Podemos, segundo integrantes do partido confirmaram ao Poder360. O martelo sobre a ida da senadora ao partido será batido na terça-feira (17) para a filiação poder acontecer na quarta-feira (18). A senadora ainda negocia os últimos detalhes com a sigla, entre eles, como seria sua atuação no Senado caso mudasse de legenda. Mas senadores do Podemos já dão como certa a ida da ex-juíza para o grupo. Fonte: Poder 360

**Em meio à crise, governadores buscam investimentos no exterior.** Em meio às crises fiscais que os estados enfrentam, ao menos 16 governadores e vices viajaram ao exterior em busca de investimentos neste ano. O ranking é encabeçado pelos governadores de São Paulo, João Doria, e o do Rio de Janeiro Wilson Witzel. Fonte: Poder 360

**Ministro da Saúde é o com menos reuniões particulares na agenda de Bolsonaro.** Em 9 meses de governo, o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, foi recebido apenas uma vez para 1 encontro particular com o presidente Jair Bolsonaro no Planalto. Em reuniões com outros participantes, foram 11 vezes em que o ministro esteve com o presidente. Depois dele, os menos prestigiados foram Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos), duas vezes, e Tarcísio Freitas (Infraestrutura), 4 vezes. Fonte: Poder 360

**'Reforma tributária tem altíssimo risco de dar errado', afirma Salto.** Prestes a completar três anos, a Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado se consolidou como um dos principais "watchdogs" (cães de guarda) fiscais, com são conhecidas as entidades que monitoram as contas públicas e alertam para evitar desvios e aumentar a transparência. Foi assim que a reforma da Previdência, quando ela publicou números sobre o impacto da proposta e ajudou no debate. No comando frente da IFI, o economista Felipe Salto alerta agora para a reforma tributária. Ao Estado, ele diz que a reforma tem "altíssimo risco de dar errado" se o ministro da Economia, Paulo Guedes, não assumir o comando. Ele também sugere o rompimento induzido do teto de gastos já em 2019. Fonte: O Estado de S. Paulo.

**Novatos criam grupo ‘paralelo’ na Câmara.** Sem espaço dentro das legendas e longe da articulação política dos líderes para emplacar seus projetos, deputados de primeiro mandato criaram um grupo paralelo, suprapartidário, para tentar ampliar sua influência na pauta da Câmara. O grupo já se reuniu com o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para discutir as propostas da “nova bancada”. As primeiras conversas sobre a criação do autodenominado Grupo Parlamentar Suprapartidário (GPC) nasceram em um grupo de WhatsApp formado por 18 deputados federais da oposição que votaram a favor da reforma da Previdência no segundo turno da Câmara, contrariando a orientação de seus respectivos partidos. Os “dissidentes”, alguns alvos de sanções, avaliam que podem se fortalecer com a união. A ideia básica é propor e votar juntos durante as sessões deliberativa das Câmaras. “Não é parlamentar específico que vai mudar o Brasil, é um grupo”, disse o deputado Felipe Rigoni (PSB-ES) ao justificar a criação do GPS. Fonte: O Estado de S. Paulo.

**Sabatina de indicados ao conselho do Cade deve acontecer no dia 24.** A expectativa agora no Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) é que a sabatina dos novos indicados para preencher as vagas dos conselheiros aconteça no dia 24. Até poucas semanas atrás, acreditavam que seria possível resolver tudo no dia 20. À espera de um desfecho para a ausência de seórum na autarquia, o número de fusões e aquisições paradas chegou a 82. Destas, 15 são operações globais que necessitam de autorização dos órgãos reguladores locais. Entre os grandes negócios internacionais que ficam em compasso de espera pela novela do regulador brasileiro, o mais famoso é o da IBM com a Red Hat. Na lista, aguardam também a operação entre a Novartis e a Recordati, o negócio da Brookfield com a Oaktree, além de Baker Hughes com GE. Fonte: Folha de S. Paulo.

**General Ramos reúne-se com autor e relator da reforma tributária na Câmara.** O ministro da Secretaria de Governo, general Luiz Eduardo Ramos, irá à Câmara dos Deputados para se reunir com diversos líderes partidários na próxima quarta-feira (18). Dois importantes nomes da reforma tributária irão se encontrar com o general. Estão previstas reuniões com o deputado federal Baleia Rossi (MDB-SP), líder do MDB e autor da proposta de reforma tributária em tramitação na Câmara, e Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), líder da maioria e relator da reforma tributária na comissão especial. Os encontros são articulados pelo líder do governo na Câmara, major Vitor Hugo (PSL-GO), que também confirmou ao Congresso em Foco que o militar vai conversar com os líderes Arthur Lira (PP-AL), delegado Waldir (PSL-GO), Toninho Wandscheer (Pros-PR), Augusto Coutinho (Solidariedade-PE), Daniel Coelho (Cidadania-PE), André Ferreira (PSC-PE) e com a bancada inteira do Republicanos. Fonte: Congresso em Foco.

**Maia diz que fim de benefício fiscal pode viabilizar corte na tributação de salários.** O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou na segunda-feira (16) que a reforma tributária pode ser aprovada em pelo menos uma das duas Casas do Legislativo em 2019 e que os deputados analisam a possibilidade de promover uma redução na tributação da folha de pagamento por meio compensada pelo corte de benefícios fiscais. Maia participou do evento A Força do Legislativo Frente às Reformas que o Brasil Precisa – Reforma Tributária, realizado pelo Grupo Voto. “O acordo com os governadores avançou muito, já temos comissão nas duas Casas. Importante agora é construir um texto que possa simplificar o sistema tributário no Brasil. Acho que pelo menos em uma Casa dá para votar um bom texto que caminhe com força para a outra, seja no Senado, seja na Câmara”, afirmou Maia. Fonte: Folha de S. Paulo.

**Apenas simplificar o sistema não resolve carga de impostos, diz Maia.** O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, disse na segunda-feira (16) que a reforma tributária não vai ser capaz de reduzir a carga de impostos no Brasil. Para ele, apenas o corte nas despesas públicas vai promover uma diminuição efetiva nos valores pagos pelos contribuintes. “Infelizmente, apenas simplificar o sistema não vai resolver o nosso problema da carga tributária muito alta”. Durante palestra promovida pelo grupo Voto em São Paulo, o presidente da Câmara disse que “se a gente simplificar, mas não tirar o lado das despesas vai continuar aumentando dívida ou criar novos impostos. Então, a gente precisa tratar a questão do gasto público como uma prioridade do Congresso Nacional”. Fonte: Agência Brasil.

**Reunião marcará instalação de grupo para cooperação entre Brasil e Argentina.** O Grupo Parlamentar Brasil-Argentina vai realizar, na terça-feira (17), às 15h30, sua primeira reunião para a adesão de membros, eleição e posse da Comissão Executiva. O encontro também marcará a deliberação sobre o estatuto do grupo, que tem por finalidade incentivar e desenvolver as relações bilaterais a partir dos Poderes Legislativos. Brasil e Argentina possuem uma linha de fronteira de 1.261 quilômetros e somam aproximadamente dois terços do território, da população e do Produto Interno Bruto (PIB) da América do Sul, sendo o país vizinho o terceiro que mais recebe exportações brasileiras. Fonte: Agência Senado.

## Poder Judiciário

**Sem ajuda do Executivo, órgãos do Judiciário têm de cortar até estagiários.** O limite de gastos vai ficar menor para alguns órgãos do Judiciário, do Legislativo e para a Defensoria Pública da União em 2020. A partir do ano que vem, essas áreas não poderão mais contar com uma compensação do Executivo para bancar contas que

extrapolarem o teto de gastos – mecanismo criado para limitar o avanço das despesas públicas à variação da inflação. Os órgãos que ainda não se ajustaram terão margem pequena para cortar custos, já que quase todos destinam mais de 80% do orçamento à folha de pessoal - despesa obrigatória, imune às tesourarias. A exemplo de ministérios, alguns já estão cortando custos de energia, terceirizados e até estagiários. Fonte: O Estado de S. Paulo.

**Justiça do Trabalho terá R\$ 1 bilhão a menos em 2020.** Diante do fim da regra que permite à União compensar eventuais desrespeitos ao teto de gastos por outros Poderes, a Justiça do Trabalho é uma das áreas que estão em maior aperto. O limite de despesas do órgão terá uma redução de mais de R\$ 1 bilhão (-5,4%) em relação a 2019. Para se adequar, a Justiça do Trabalho cortou o programa e o valor da bolsa de estágio e dispensou funcionários terceirizados que trabalhavam na limpeza e vigilância. O Orçamento para o ano que vem prevê 88,38% dos gastos para folha de pagamento. Outras medidas foram a adequação do horário de funcionamento dos prédios para poupar luz e água, restrição à compra de passagens aéreas, redução de horas extras, proibição de trabalho aos sábados, domingos e feriados e preferência na contratação de palestrantes que não demandem gastos com deslocamento. Mesmo assim, o órgão diz que enfrentará dificuldades. “A redução orçamentária prevista para 2020 compromete o funcionamento da Justiça do Trabalho, especialmente as atividades essenciais à jurisdição”, afirmou, em nota. Fonte: O Estado de S. Paulo.

**Raquel quer prazo para União e Anvisa regulamentarem plantio da maconha para fins medicinais.** A procuradora-geral da República Raquel Dodge quer que seja determinado prazo para que a União e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) regulamentem o plantio de maconha com finalidade medicinal. Em parecer enviado ao Supremo Tribunal Federal na sexta, 13, Raquel indica que houve ‘omissão inconstitucional’ do Poder Público na implementação das condições necessárias ao acesso adequado dos brasileiros à utilização medicinal da Cannabis. A manifestação se deu no âmbito de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo PPS, que questiona trechos da Lei de Drogas e do Código Penal. Segundo a legenda o objetivo da ação ‘é que todos possam plantar e cultivar Cannabis para fins de bem-estar terapêutico, sem que tal conduta possa ser enquadrada em norma penal’. Na manifestação ao STF, Raquel opinou pela parcial procedência da ADI. Fonte: O Estado de S. Paulo.

## Previdência

**Governo quer blindar PEC da Previdência de emendas e garantir economia de R\$ 870 bi.** Com o movimento de senadores da oposição para a apresentação de emendas ao texto da reforma da Previdência, a equipe econômica do governo decidiu monitorar de perto a análise dessas propostas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A ordem é blindar a PEC principal da reforma da Previdência e evitar alterações para garantir a economia de cerca de R\$ 870 bilhões, como está previsto no texto do relator, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). Fonte: G1 Notícias

**PEC paralela da reforma da Previdência pode não ter vida fácil no Congresso.** Apesar das garantias de celeridade em sua tramitação por parte dos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), a PEC paralela, que incorpora mudanças à reforma da Previdência —inclusive a possibilidade de extensão das novas regras a Estados e municípios—, pode não encontrar vida fácil no Congresso Nacional. Fonte: Reuters

## ASSESPRO Último Foco

**Novo portal do governo reúne serviços para o cidadão; saiba como usar.** O governo federal pretende integrar serviços digitais oferecidos à população em único canal, o portal gov.br. Lançado em agosto, ele reúne informações que antes estavam espalhadas em diferentes sites. Até o fim de 2020, o objetivo é levar todos os 1,6 mil sites da administração federal para esse portal. O governo diz que o custo com a criação da nova página e a migração dos dados é de R\$ 43 milhões, mas prevê economizar cerca de R\$ 100 milhões por ano com a mudança. Os primeiros sites que fizeram parte do novo portal são o de Serviços, Governo do Brasil e Planalto — juntos, os 3 recebem cerca de 13 milhões de visitantes todos os meses. A mudança é parte de um decreto, assinado pelo presidente Jair Bolsonaro quando completou 100 dias de governo. Fonte: G1 Notícias

**Empresas de tecnologia não vão esperar ação dos EUA sobre mídia social, diz Microsoft.** O presidente da Microsoft, Brad Smith, afirmou na sexta-feira que companhias de tecnologia provavelmente vão mudar a forma como moderam suas plataformas online em resposta a novas leis criadas fora dos Estados Unidos, independente de uma eventual ação de parlamentares norte-americanos sobre a legislação. Smith afirmou que a seção 230 da Lei de



Decência nas Comunicações, que afirma que as companhias não podem ser processadas pelo o que os usuários de suas plataformas online disserem, foi uma legislação necessária no final dos anos de 1990 quando foi aprovada, mas que as empresas estão agora mais maduras e deveriam ter “um novo nível de responsabilidade” pelo o que é dito em seus sites. Fonte: Reuters

**Proposta reduz as alíquotas para contribuição para o Sistema S.** O Projeto de Lei 3866/19 reduz as alíquotas das contribuições destinadas ao Sistema S – Sebrae, Senac, Senai, Senar, Senat, Sesc, SESCOOP, Sesi e Sest. Em geral, essas alíquotas incidem sobre a folha de pagamento em cada segmento, e o montante é dividido entre representações nacionais e regionais. A proposta está em tramitação na Câmara dos Deputados. “O cenário econômico apresenta enormes desafios”, explicou o autor, deputado Darci de Matos (PSD-SC). “Precisamos de iniciativas que aliviem a folha, proporcionando fôlego para que as empresas possam investir na produção e na geração de empregos”. Fonte: Agência Câmara

**Serpro diversifica receitas no setor privado enquanto mira IPO.** O Serpro, maior estatal de tecnologia do país, está procurando cada vez mais clientes no setor privado, enquanto tenta ampliar e diversificar suas receitas em preparação para uma listagem em bolsa, disse o presidente da companhia, Caio Paes de Andrade. “Neste ano conseguimos cerca de 800 clientes do setor privado, para 1,3 mil; nossa meta é ter 4 mil até o final do ano que vem”, disse Paes de Andrade em entrevista à Reuters. Fonte: Reuters

**Setor de eletrônicos quer reformular Lei de Informática, condenada pela OMC.** A indústria de eletrônicos se articula para que a Lei de Informática, condenada pela OMC, seja corrigida. Querem mudar o mecanismo que dá incentivo fiscal. Em vez de desconto no IPI, elas passariam a ganhar créditos para abater de tributos sobre o faturamento, segundo Humberto Barbato, presidente da Abinee (associação do setor). “Dá na mesma. Mas são pequenos detalhes que, por ser signatário da OMC, você é obrigado a respeitar”, diz Barbato. A inadequação do incentivo dado às empresas que investem em inovação pode levar o país a sofrer sanções de União Europeia e Japão a partir de 2020. Na semana passada, um projeto de lei nessa direção foi apresentado na Câmara, de autoria dos deputados Marcos Pereira (PRB-SP), Bilac Pinto (DEM-MG), Vitor Lippi (PSDB-SP) e Daniel Freitas (PSL-SC). Fonte: Folha de S. Paulo.

**Flávio Bolsonaro vai à China e deve visitar Huawei.** O senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) embarcou no sábado (14) para viagem à China junto com uma comitiva de senadores. Os parlamentares terão agendas na área de tecnologia e devem visitar a Huawei, companhia que é alvo do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e já foi questionada pelo governo brasileiro. A viagem, feita a convite da Embaixada da China e sem custos ao Senado, ainda prevê encontro com representantes do Partido Comunista Chinês. Também participam da missão os senadores Chico Rodrigues (DEM-RR), Irajá Abreu (PSD-TO), Rogério Carvalho (PT-SE) e Esperidião Amin (PP-SC). O grupo passará por Beijing, Xangai e Hangzhou. Um dos maiores aliados do presidente Jair Bolsonaro, o governo Trump ameaçou, em maio, colocar a Huawei em uma lista negra de empresas proibidas de vender tecnologia nos EUA. A marca foi acusada de espionagem. O grupo nega. Fonte: Folha de S. Paulo.

**OMC aponta enfraquecimento no comércio internacional de serviços.** O comércio internacional de serviços segue em ritmo de desaceleração, mesmo apresentando desempenho melhor que o comércio de mercadorias, que é mais diretamente afetado pelas persistentes tensões nas trocas globais. A Organização Mundial do Comércio (OMC) publicou nesta segunda-feira o Barômetro do Comércio de Serviços, para mostrar pontos de viragem e mudanças de padrões nesse segmento, que representou um quarto (US\$ 5,8 trilhões) do comércio global em 2018. Pelo barômetro, um resultado de 100 indica crescimento em linha com as tendências de médio prazo. Maior que 100 sugere crescimento acima da tendência, enquanto aquelas abaixo de 100 indicam queda. O resultado no segundo trimestre é de declínio nos indicadores, sinalizando perda de dinamismo do comércio internacional de serviços. Os indicadores de PMI de Serviços Globais (97,2), de viagens aéreas de passageiros (95,6) e de construção (97,0) desaceleraram. O indicador de serviços financeiros caiu ligeiramente (99,7). O indicador de serviços de informação e comunicações diminuiu, mas está com crescimento em linha com as tendências de médio prazo (100,3). Fonte: Valor Econômico.

**Prazo do Congresso para rever Lei de Informática é 30 de novembro.** Para ter a Lei de Informática adequada às mudanças enviadas pela Organização Mundial do Comércio - e que precisam estar em vigor no dia 01 de janeiro - o Congresso Nacional terá um prazo de até 30 de novembro para cumprir o seu rito, avisa o deputado Marcos Pereira, autor do projeto 4805/19, apresentado no dia 3 de setembro. Fonte: Convergência Digital

**Assespro Paraná será um agente de crédito para empresas de TI.** A Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (Assespro-PR) agora é correspondente da Fomento Paraná. A entidade está habilitada a intermediar créditos para incentivo a empresas, que variam de 20 mil a 1,5 milhão de reais. Os recursos podem ser repassados para as empresas com faturamento bruto anual entre 360 mil e 16 milhões. Fonte: Convergência Digital

**Privatização do Serpro fere o princípio da Lei de Dados Pessoais.** Ao participar na segunda-feira, 16/09, de painel de debates sobre o Governo 4.0, no Rio Info 2019, que acontece esta semana no Rio de Janeiro, o consultor das Nações Unidas para assuntos de Internet e Dados Pessoais, o advogado Gilberto Martins alertou que privatização do Serpro e do Dataprev - como planeja o Ministério da Economia- é bastante polêmica e que, numa primeira análise, a venda para terceiros fere os princípios de funcionalidade da Lei de Proteção de Dados Pessoais, que entra em vigência em 15 de agosto de 2020. Fonte: Convergência Digital

**Anatel adia consulta sobre alteração de regulamentação para facilitar IoT.** A Anatel prorrogou por 30 dias o prazo da consulta pública de avaliação da regulamentação que visa reduzir as barreiras regulatórias à expansão da Internet das Coisas (IoT) no Brasil. Em princípio, o prazo de recebimento das contribuições iria até a próxima quarta-feira, 18. Agora, os interessados podem enviar sugestões até 18 de outubro. A agência publicou no Diário Oficial da União da segunda-feira, 16, um acórdão para divulgar o adiamento. A medida atende a um pedido do SindiTeleBrasil (sindicato que representa as prestadoras). Fonte: Teletime

**TelComp: mudança no marco legal ainda tem longo caminho pela frente.** Assim como outras entidades do setor, a associação de operadoras competitivas TelComp comentou a aprovação do PLC 79, projeto que altera o marco legal de telecomunicações, no Plenário do Senado Federal na semana passada. Em comunicado emitido na segunda-feira, 16, a associação ressaltou possíveis impactos da alteração da Lei Geral de Telecomunicações, mas lembrou que há ainda um longo caminho a ser percorrido para que as mudanças possam de fato trazer os benefícios prometidos. A demora para a efetividade das mudanças pode acontecer por conta da complexidade do cenário atual e das mudanças que a nova lei trará. Fonte: Teletime